



DOSSIÊ "IMPrensa, MÍDIAS E REGIMES POLÍTICOS DITATORIAIS"

## Imprensa portuguesa e os debates sobre a transição política no Brasil (1976-1978): entre revolução, social-democracia e eurocomunismo

*Portuguese press and debates on the political transition in Brazil (1976-1978): between revolution, social democracy and Eurocommunism*

*Prensa portuguesa y los debates sobre la transición política en Brasil (1976-1978): entre revolución, socialdemocracia y eurocomunismo*

**Reinaldo Lindolfo Lohn<sup>1</sup>**

[orcid.org/0000-0002-7902-2733](https://orcid.org/0000-0002-7902-2733)  
[reilohn@gmail.com](mailto:reilohn@gmail.com)

**Recebido em:** 22 fev. 2023.

**Aprovado em:** 26 jun. 2023.

**Publicado em:** 01 dez. 2023.

**Resumo:** Este artigo tem como foco a constituição de jornais portugueses em um espaço de discussões internacionais acerca da transição política no Brasil na segunda metade da década de 1970. Brasileiros e portugueses ocuparam espaços em jornais e semanários de Portugal, particularmente aqueles vinculados às esquerdas, tendo debatido as questões que envolviam uma possível democratização do Brasil em um cenário político em que o país ibérico vivia o seu próprio processo de construção democrática após a chamada Revolução dos Cravos em 1974. Neste contexto, as discussões entre as oposições brasileiras no exterior transformaram a imprensa portuguesa entre 1976 e 1978 em um nó de encontro de ideias em torno de temas que ganharam importância no período, especialmente perspectivas políticas como revolução social, socialdemocracia e eurocomunismo.

**Palavras-chave:** Imprensa; Transição política; Ditadura; Social-democracia; Eurocomunismo.

**Abstract:** This article focuses on the constitution of Portuguese newspapers in a space for international discussions about the political transition in Brazil in the second half of the 1970s. Brazilians and Portuguese occupied spaces in newspapers and weeklies in Portugal, particularly in the leftist sphere, having debated the issues that involved a possible democratization of Brazil in a political scenario in which the Iberian country was going through its own process of democratic construction after the so-called Carnation Revolution in 1974. In this context, discussions between Brazilian oppositions abroad transformed the Portuguese press between 1976 and 1978 into a meeting point of ideas around themes that gained importance in the period, especially political perspectives such as social revolution, social democracy and Eurocommunism.

**Keywords:** Press; Political transition; Dictatorship; Social democracy; Eurocommunism.

**Resumen:** Este artículo se centra en la constitución de algunos periódicos portugueses en un espacio de debate internacional sobre la transición política en Brasil en la segunda mitad de la década de 1970. Brasileños y portugueses ocuparon espacios en diarios y semanarios en Portugal, particularmente en el ámbito de la izquierda, habiendo debatido los temas que implicaban una posible democratización de Brasil en un escenario político en el que el país ibérico atravesaba su propio proceso de construcción democrática tras la llamada Revolución de los Claveles en 1974. En ese contexto, las discusiones entre las oposiciones brasileñas en el exterior transformaron la prensa portuguesa entre 1976 y 1978 en un punto de encuentro de ideas en torno a temas que ganaron importancia en el período, especialmente perspectivas políticas como la revolución social,



Artigo está licenciado sob forma de uma licença  
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

<sup>1</sup> Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Florianópolis/SC, Brasil.

la socialdemocracia y el eurocomunismo.

**Palabras clave:** Prensa; Transición política; Dictadura; Socialdemocracia; Eurocomunismo.

## 1 Democracia através do Atlântico

A conhecida Revolução dos Cravos, que se sucedeu ao levante militar ocorrido em 25 de abril de 1974, fez com que o ambiente político de Portugal despertasse atenções em muitos brasileiros. As diferentes frentes de oposição que, interna e externamente, atuavam contra a ditadura militar brasileira (1964-1985) passaram a identificar, no processo revolucionário português, pontos de apoio internacionais e temas que envolviam a perspectiva de transição para um regime político democrático. Um cenário amplo de discussões conectava os debates brasileiros ao contexto de Portugal. Neste país, jovens oficiais militares se voltaram contra uma das mais longevas ditaduras do século XX, o regime salazarista (1933-1974), então encabeçado por Marcelo Caetano – na altura, envolto nas dificuldades de enfrentar uma guerra anticolonial liderada por movimentos de libertação nacional no continente africano. Os processos sociais desencadeados após o golpe militar em Portugal influenciaram agendas políticas, trazendo para o centro das discussões temas como revolução, transição política, democracia, liberdades individuais ou direitos humanos, de modo a ultrapassar as fronteiras do país ibérico. Além disso, ideários políticos diversos estiveram em profundo debate. Assim, Portugal se tornou um ponto de contato para discussões para posições diversas, desde aquelas que preconizavam a reativação das possibilidades revolucionárias populares, passando pelo não alinhamento, até as grandes potências e as lutas contra as ditaduras na América Latina.

Este artigo é resultado de uma investigação em andamento que procura identificar, principalmente na imprensa portuguesa, mas também tendo em conta títulos de grande circulação no Brasil, posicionamentos políticos que evidenciem a construção de contatos internacionais em torno do tema da transição política brasileira e de suas alternativas, em especial no campo da social-

-democracia, das esquerdas revolucionárias e dos comunistas. Entre as diferentes oposições ao regime político brasileiro, serão destacadas, aqui, portanto, aquelas que se situavam no âmbito das esquerdas, desde as que ainda projetavam formas insurrecionais de disputa política até aquelas que supunham uma transição política moderada, inspiradas por posicionamentos em torno da social-democracia e do chamado "eurocomunismo".

Neste trabalho, pretende-se delinear alguns dos debates que, então, ocorriam por meio da exploração de fontes selecionadas na imprensa portuguesa, particularmente nos jornais e semanários *O Diário*, *Página Um*, *Voz do Povo* e *Expresso*, os quais, constantemente, abriam espaço para discussões, em que brasileiros exilados e portugueses interessados no cenário do país sul-americano tomaram parte. Também são mobilizadas as memórias da socióloga Zillah Murgel Branco, que atuou na imprensa portuguesa no período. Foi, ainda, consultada a documentação do Centro de Informações do Exterior (CIEX), órgão do Serviço Nacional de Informações (SNI) responsável pela vigilância acerca do que se publicava e das informações que circulavam sobre a ditadura brasileira no estrangeiro, bem como em grandes jornais brasileiros do período. Alguns dos resultados parciais alcançados no processo de investigação vêm sendo publicados em outros trabalhos.

O estudo visa contribuir com a historiografia da transição política brasileira, ao fim da ditadura militar, buscando delinear uma dimensão internacional para o processo, tomando como viés de análise e enfoque o âmbito das esquerdas políticas. A investigação em títulos da imprensa portuguesa, no período, pela riqueza de pontos de vista e pelas contribuições de diferentes interlocutores brasileiros a alguns dos conteúdos publicados, fornece elementos preciosos para tal objeto. Por outro lado, há limites com os quais é necessário lidar, constantemente, com destaque para a característica fortemente nacional dos processos políticos em curso, tornando desafiadora a proposta de identificar e destacar as conexões

internacionais envolvidas e, em particular, o volume da documentação disponível.

A despeito de tais limitações, no recorte cronológico aqui estabelecido, a dimensão internacional de ambos os processos de transição, em Portugal e no Brasil, pode ser focalizada com mais nitidez. No país ibérico, percebia-se, em 1976, o início de uma institucionalização da democracia na sequência de intensas lutas sociais, durante o período revolucionário mais intenso, e das deliberações de uma nova constituição. De sua parte, os brasileiros viam a ampliação de demandas em torno dos temas da anistia, dos direitos humanos e das diferentes opções políticas disponíveis para a organização das lutas sociais em curso, o que mobilizava ideias e projetos que ultrapassavam as fronteiras nacionais, ganhando densidade, ao longo de 1977 e 1978, quando se intensificaram os embates em torno da "distensão" política apresentada pelo regime autoritário (KONRAD, 2020).

Dessa forma, os contatos e as informações que circulavam acerca do processo revolucionário português tanto alimentavam esperanças com relação a um possível caminho de ruptura abrupta com o regime autoritário quanto acentuavam divergências entre os que advogavam a transição pacífica para a democracia e o abandono de vias insurrecionais no Brasil. Isso foi particularmente importante nas discussões que envolveram os que se aproximavam da social-democracia europeia, também conhecidos, então, como os "socialistas democráticos", e as forças políticas que passaram a ver, nas movimentações em torno do chamado "eurocomunismo", uma possível alternativa de transição democrática. Em paralelo, mantinham-se ativos os contatos entre os setores que ainda buscavam uma perspectiva insurrecional de combate ao regime autoritário e que recebiam abrigo da esquerda radical portuguesa. Os diferentes grupos travaram contatos e debateram as demandas suscitadas pelas lutas em torno do que se esboçava como uma transição política em curso no Brasil em meados da década de 1970. Pretende-se, aqui, sugerir que essa temática permite identificar algumas das

conexões internacionais do processo político brasileiro naquele contexto.

No que diz respeito ao grande volume disponível de títulos e de material coletado, considerando ainda sua diversidade, algumas opções são indispensáveis. Para a discussão aqui proposta, a seleção de material com títulos situados no espectro político da esquerda portuguesa, incluindo os setores mais radicais, tem por intenção destacar os periódicos em que a presença de brasileiros ocorreu com mais intensidade e nos quais é possível identificar discussões sobre as opções disponíveis para a transição política no Brasil. Para tal enfoque, a atuação da imprensa portuguesa, vinculada a organizações políticas de esquerda, fornece indícios da constituição de um campo de discussões que ultrapassava as fronteiras nacionais, sendo que as esquerdas brasileiras, dada a importância da circulação internacional de ideias e posicionamentos, particularmente em função da experiência do exílio, buscavam essa amplitude de atuação. Tanto em temas propostos quanto em informações disponíveis em diversos meios sobre a atuação de brasileiros na imprensa portuguesa no período, há um importante destaque aos ativistas, políticos e jornalistas que mantinham proximidade com partidos e organizações de esquerda de Portugal. Tais jornais abriam espaços generosos para o noticiário internacional, vinculando o processo político português a relações políticas que se travavam em outros continentes – particularmente, na América Latina. Daí sua importância, no sentido de evidenciar as conexões internacionais entre setores e ideias políticas.

As aproximações com brasileiros oriundos da esquerda revolucionária, em particular daquela que se envolveu em ações armadas no Brasil, tornam relevante a pesquisa em *Página Um*. Em sua redação, atuaram nomes como Alfredo Sirkis, Clarisse Galvão de Figueiredo, Euclides Moraes Gomes, Nelson Chaves dos Santos e Altair Lucchesi Campos – em geral, escrevendo com pseudônimos. Do mesmo modo, o semanário *Voz do Povo* compartilhava posições com o Partido Comunista do Brasil, organização que ainda de-

fendia perspectivas insurrecionais no combate à ditadura militar. Por outro lado, para os embates em torno do eurocomunismo e da social-democracia e a sua aproximação com o Brasil, o jornal *O Diário* apresenta um rico manancial de informações. Os editores do periódico, vinculado ao Partido Comunista Português – particularmente, Miguel Urbano Rodrigues, que vivera alguns anos no Brasil até 1974 –, não se furtavam a abrir espaços para brasileiros e brasileiras envolvidos diretamente na luta em torno de uma transição democrática no Brasil, a partir das orientações do Partido Comunista Brasileiro.

Por outro lado, em um espectro político bastante distinto, por meio do semanário *Expresso* – uma iniciativa empresarial privada, com posições políticas moderadas e defensor de fórmulas liberal-democráticas –, é possível identificar o delineamento de críticas às posições mais radicais. Em especial, pode-se perceber o quanto a fragilização de posicionamentos mais à esquerda, em Portugal, ao longo do período em apreço, favorecia os que viriam a advogar um arranjo transicional moderado no âmbito liberal e da social-democracia.

Não se pretende repisar informações disponíveis na ampla e diversificada historiografia portuguesa acerca do processo revolucionário iniciado em 1974 (PINTO; MONTEIRO, 2019). Cabe, contudo, apontar que, até meados de 1976, quando foram acordadas estruturas institucionais que promoveram o que se pode considerar uma consolidação democrática, diferentes zonas de confronto permaneceram em aberto. Depois de um período complexo, em que foram postos à prova certos potenciais revolucionários das forças sociais que entraram em confronto em Portugal, a democratização portuguesa foi hegemonizada por coalizões políticas moderadas, que controlaram a institucionalização do país nos moldes da Europa Ocidental. Assim, o processo de transição de uma ditadura, por meio de uma conjuntura revolucionária, para um regime formalmente democrático foi sinuoso e com intensas disputas (LOFF, 2006).

O fim da ditadura salazarista despertou muita

atenção no Brasil. Foi anunciado por veículos da grande imprensa brasileira como um “vento democrático” que soprava desde Lisboa, como referido pelo correspondente da *Folha de S. Paulo* (REGO, 1974). As notícias a respeito da queda de Marcelo Caetano e do papel das Forças Armadas portuguesas trouxeram referências à polícia política, a presos políticos e a partidos proscritos – assuntos que causariam constrangimentos diversos, caso fossem tratados abertamente no noticiário nacional sob a ditadura militar. O *Jornal do Brasil* informou que os militares que tomaram o poder anunciavam uma Assembleia Nacional Constituinte, além de prometerem eleições livres (MILITARES..., 1974). Esse periódico, em particular, notabilizou-se pelo interesse no processo político português que conduziu à revolução. Textos publicados em um contexto autoritário demonstravam “uma oposição clara e aberta ao regime português”, como se estivessem, em relação ao Brasil, a “falar da democracia por vias indiretas” (MARTINHO, 2019, p. 656).

Portugal e Brasil passaram a atravessar processos de transição que, embora muito diferentes, logo favoreceriam interlocuções, conectando processos históricos para além das fronteiras nacionais. As disputas em torno da chamada questão democrática no Brasil e de suas possibilidades e limites ganharam novas definições com a aproximação e o contato entre os cenários de ambos os países. A chamada “distensão” anunciada pela ditadura brasileira não permitia antever, com precisão, como e quando as diferentes formações partidárias poderiam atuar livremente. Sabe-se que apenas o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) atuava como frente oposicionista legalizada. Ampliar os horizontes de uma incerta transição brasileira contou com ações e mobilizações de diferentes forças políticas e sociais, o que envolveu influências, contatos e conexões internacionais. Interessa, aqui, destacar o processo político português, procurando identificar suas conexões com demandas que eram verbalizadas por distintos setores políticos no Brasil.

A interpretação que vem sendo formulada evita a simples justaposição de histórias nacio-

nais, privilegiando a circulação internacional de interações e intercâmbios de ideias e representações sociais. Metodologicamente, busca-se uma aproximação com o que Enzo Traverso (2012), a partir de um diálogo com Arno Mayer, indica como procedimentos necessários a um estudo histórico. Um dos primeiros passos adotados no trabalho de análise do material coletado é a contextualização, considerando especialmente as ideias políticas e suas relações com as forças e os movimentos que, em Portugal, abriam espaço para o Brasil em veículos de imprensa. Cabe, ainda, ter em conta a historicidade das ideias, buscando uma perspectiva diacrônica e crítica. Outra necessária operação envolve atentar para os pontos de contato entre os processos sociais brasileiros e portugueses, em meio à superação do autoritarismo. É preciso lançar mão de uma interpretação analítica que aponte para uma compreensão das conexões internacionais da transição política brasileira. Pretende-se, assim, delinear posições e debates políticos que atravessavam fronteiras e distâncias, envolvendo a localização do processo político brasileiro em um âmbito internacional de transições políticas no período.

A partir dessas operações, é possível superar as fronteiras nacionais como limites à produção historiográfica e identificar as escalas internacionais das formulações políticas, em particular no que diz respeito aos processos de transição e às suas possibilidades no interior de regimes autoritários. A circulação de ideias e de posições antagônicas influenciava os setores políticos brasileiros, reativando uma trajetória de discussão e circulação que, por muito tempo, fora chamada de "internacionalista" no âmbito das esquerdas. No contexto mencionado, as disputas políticas, em um país como Portugal, pareciam dotar de materialidade de noções como a solidariedade internacional e, em especial, uma perspectiva atlântica das discussões em curso.

As relações políticas e os processos de transição em curso entre as décadas de 1970 e 1980 podem ser tomados como parte de conexões entre processos que transcorriam dos dois lados

do Atlântico. Conexões supralocais não envolvem fluxos restritos a âmbitos econômicos e militares, mas possibilitam conexões entre ideias e representações. Não se trata, contudo, de reduzir os fenômenos políticos a grandes estruturas e narrativas comparáveis, como se houvesse uma mera reprodução de ideias entre os continentes, tomando a Europa como referência, e sim em os perceber em suas relações de conectividade (SUBRAHMANYAM, 1997). Nesse caso, o foco do texto compreende discussões que transcorreram, por meio de parte da imprensa portuguesa, acerca da apropriação de posições ainda marcadas por perspectivas revolucionárias, bem como aquelas que se situavam nas interfaces entre social-democracia e eurocomunismo, perceptíveis entre setores oposicionistas de esquerda e de centro-esquerda brasileiros.

## 2 Encontros com a social-democracia europeia

Os acontecimentos em Portugal trouxeram ao proscênio do debate político palavras como "democracia", "ruptura" e "liberdade política", disseminando discussões por diferentes meios, mas, especialmente, pela imprensa periódica, que permitia pôr em perspectiva internacional o quadro político brasileiro. Conforme Maria Inácia Rezola (2007, p. 17), "negando todas as previsões e modelos de intervenção dos militares nos processos de transição e mudança política, os Capitães de Abril apresentaram um programa democratizador" que previa a "constituição de um governo civil e a realização de eleições livres". Nesse ambiente, encontraram-se, em Lisboa, alguns meses após uma grande derrota das esquerdas latino-americanas, o sangrento golpe militar do Chile (1973) e as diferentes organizações políticas brasileiras, que iam desde o Partido Comunista Brasileiro (PCB) até o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), a Ação Libertadora Nacional e a Vanguarda Popular Revolucionária. A denúncia da ditadura brasileira no exterior e a rearticulação das esquerdas logo se desdobraram em debates, nos quais a questão das liberdades democráticas e do movimento pela anistia aos

refugiados ganhou proeminência, reunindo diferentes gerações de combatentes ao regime autoritário (PEZZONIA, 2017).

Em Portugal, as eleições para a Assembleia Constituinte, em 1975, garantiram a maioria ao Partido Socialista (PS) – uma organização moderada empenhada em aproximar Portugal de alianças estratégicas na Europa Ocidental. Isso significou a forte influência de políticos, como o alemão Willy Brandt, líder da organização Internacional Socialista, a qual articulava diferentes partidos social-democratas europeus e de outros continentes. O processo avançou para a estabilidade constitucional no país, com um rearranjo das forças políticas, as quais ainda mantiveram intensos conflitos, em diferentes frentes, ao longo da segunda metade da década de 1970, porém sob novas abordagens e perspectivas. A ideia de proximidade, embora imaginária, com alguma forma de ação revolucionária, gradualmente perdeu consistência.

No lugar da revolução, o processo se caracterizou pela implantação de um programa democratizador que passou por definições precisas de limites institucionais, o que assegurou ao sistema partidário se adaptar, de forma majoritária, a um calendário eleitoral reconhecido e legitimado. Boa parte desse programa se conectava a demandas que eram verbalizadas pela oposição legalizada no Brasil. De sua parte, as perspectivas transicionais brasileiras foram enquadradas pelo ritmo imposto pela própria ditadura a seus projetos – primeiro, de distensão política e, posteriormente, de abertura. O gradualismo imposto pelo regime autoritário no Brasil projetava, para um futuro incerto, as possibilidades de democratização efetiva.

É possível situar as discussões ocorridas em Portugal, na segunda metade da década de 1970, como um espaço de debates internacionais sobre os limites da transição brasileira, considerando o que se tornou hegemônico no arranjo político ao final da ditadura. A transição brasileira para um regime formalmente democrático teve marcos definidores, os quais o próprio jogo político da ditadura militar delimitou e que foram tacita-

mente aceitos pelos que participaram, direta ou indiretamente, das negociações em curso. Afastar a possibilidade de que a extinção ditadura militar resultasse do aprofundamento de conflitos sociais e políticos abertos esteve, desde sempre, nos horizontes vislumbrados por diferentes interlocutores, em especial da oposição liberal e moderada que atuava no âmbito do MDB, contando, ainda, com o aporte de setores da imprensa e do empresariado (CODATO, 2005). A transição, assim montada, limitou o processo de redemocratização brasileiro às disputas eleitorais e aos mecanismos institucionais derivados dos acordos conduzidos entre o governo e a oposição legalizada. Os eixos do processo foram construídos em torno de três perspectivas: o retorno aos valores liberais-democráticos, que estariam em disputa no momento do golpe de 1964; a ruptura com o autoritarismo, que marcara o regime, como um contraponto aos seus relativos êxitos econômicos; e, por fim, o pacto que se teria sido firmado entre governo e oposição, com a atuação de um amplo conjunto de forças sociais (ABREU; LATTMAN-WELTMAN, 2006).

Nesse quadro, a esquerda revolucionária brasileira vivia os estertores de sua derrota, pois o aparato repressivo da ditadura destroçara as organizações que haviam combatido o regime, provocando a prisão ou a morte de centenas de ativistas, seja nas cidades ou no campo. Assim que ficaram esmaecidos, também, em Portugal, os delineamentos de uma possível "revolução", a ideia de uma transição política pacífica se impôs, trazendo pontos essenciais para o debate corrente no Brasil. Democracia e eleições se tornavam os caminhos para a derrota da ditadura em um fluxo de ideias e narrativas que incorporou o tema dos Direitos Humanos, discussão amplamente realizada em nível internacional, como no caso da atuação de exilados brasileiros no Tribunal Internacional Bertrand Russell entre 1974 e 1975 (FERREIRA, 2016). Redes de solidariedade internacional foram formadas, em torno de partidos e grupos organizados, com vistas a denunciar as condições dos presos políticos brasileiros, o que ganhou particular importância quando dos

protestos à visita de Ernesto Geisel à Europa em 1976.

Boa parte dos oponentes à ditadura brasileira passou por uma transformação fundamental quando, de uma lógica revolucionária, assumiu a democracia como "valor universal" (COUTINHO, 1979, p. 33). A crítica pública ao regime se ampliou, mas não sob uma ótica insurrecional: "a democracia passa a ser valorizada como um objeto em si e, com ela, a organização da sociedade e a participação no jogo eleitoral, mesmo sob limitações" (ALMEIDA; WEISS, 1998, p. 336).

Enquanto isso, o quadro político em Portugal inspirava debates intensos sobre as possibilidades de um Brasil democrático. Tanto mais que, no país ibérico, travava-se de uma aberta discussão sobre a liberdade de imprensa, e o campo da comunicação social era atravessado pelas mais diferentes posições políticas. O ambiente político radicalizado e os posicionamentos de desafio à lei de imprensa, promulgada em fevereiro de 1975, inspiraram a criação de uma grande variedade de títulos na imprensa portuguesa (GOMES, 2015). Para além da defesa de meios legais que impedissem o monopólio e assegurassem a pluralidade de pontos de vista, setores da esquerda portuguesa propugnavam que a informação deveria estar a serviço das classes trabalhadoras e que a "imprensa burguesa" e as suas práticas deveriam ser combatidas em favor da construção imediata do socialismo, pela autogestão das empresas jornalísticas por comissões ou conselhos de trabalhadores. Tais discussões e ações ocorriam na sequência dos chamados "saneamentos", iniciados ainda em 2014, e das nacionalizações, o que se deu a partir de março de 1975.

Em diferentes setores das atividades econômicas no país, os antigos ou supostos aliados do regime deposto em 25 de abril de 1974 foram repelidos de funções de comando ou mesmo perseguidos, e a imprensa se tornou um aberto campo de disputas políticas e sociais no período conhecido pela historiografia portuguesa como "Processo Revolucionário em Curso" (CÁDIMA, 2010). O controle e a intervenção do Poder Públi-

co sobre diversos títulos, com o afastamento de proprietários e gestores, especialmente daqueles que eram apontados como comprometidos com a ditadura, incentivaram lutas políticas e partidárias pelo controle da informação, as quais se desdobraram até o final de 1975 (LIMA, 2014). Em seguida, a esquerda mais radical foi afastada do controle de diversos jornais sob intervenção governamental, obrigando as diferentes organizações políticas a criar seus próprios títulos diários. Isso levou à criação de jornais como *O Diário*, ligado ao Partido Comunista Português (PCP). Outro título importante foi *Página Um*, de uma organização situada no âmbito da nova esquerda portuguesa, o que se somava a já existente semanário *Voz do Povo*.

A imprensa portuguesa, assim diversificada, abriu-se a discussões que possibilitaram espaços de debates sobre a situação de diferentes países em processos de transição política, tais como o Brasil. Em paralelo, o esvaziamento do período mais radical da revolução significou consensos entre os socialistas, os setores liberais moderados e os que se autodenominavam "social-democratas", contando com o fundamental aporte das forças armadas, a partir de novembro de 1975, acerca da consolidação de um regime democrático (LOFF, 2006). Isso resultou no afastamento do controle do Estado por forças políticas mais à esquerda. Em particular, as ações do PS português, sob a liderança de Mário Soares, neutralizaram as movimentações de diferentes agrupamentos comunistas e revolucionários. Assim, abriu-se um período de franca animosidade entre as correntes que haviam celebrado, juntas, o 25 de Abril. Soares contou com o respaldo da mencionada Internacional Socialista e, em especial, de Willy Brandt, líder da organização. Os social-democratas alemães haviam sido patrocinadores da reorganização dos socialistas portugueses, então, no exílio, o que seria fundamental para o controle da situação política a partir de 1976 (REIS, 2005).

Nesse diapasão, o contexto político de Portugal passou a ser observado com interesse entre setores conciliatórios da oposição brasileira. Em 1976, um influente cientista político, nos meios

moderados da oposição, Bolivar Lamounier (1976, p. 48-51), em um artigo publicado em uma revista semanal brasileira de grande circulação, identificava que as negociações parlamentares, no Brasil, conduzidas pela junção de políticos antigos com os mais jovens, formados durante o período autoritário, eram marcadas predominantemente pelos seguintes temas: eleições, gestão econômica, constitucionalização do país, necessidade de manutenção da ordem, direitos humanos, uma "vaga neoliberal no mundo" e uma promissora "moderação da revolução portuguesa".

Em paralelo, brasileiros e portugueses atuavam em conjunto no comitê pró-amnistia geral no Brasil, formado em Lisboa, que denunciava a prática da tortura pela ditadura militar brasileira, tal como foi noticiado em matéria do jornal *Página Um* (ACTO..., 1976). O comitê era encabeçado, publicamente, por portugueses que tinham vínculos com partidos políticos de esquerda e centro-esquerda, bem como com exilados brasileiros. Era o caso de Fernando Piteira Santos, editor do *Diário de Lisboa*, figura próxima a Miguel Arraes, com quem havia dividido o exílio na Argélia. Ainda, em junho de 1976, a entidade articulada por brasileiros influentes na imprensa portuguesa, como Márcio Moreira Alves, fez circular o boletim *Amnistia*, editado até o ano seguinte – denunciava as violações aos direitos humanos no Brasil e promovia a campanha pela anistia política e uma constituinte democrática, bandeiras da oposição liderada no país pelo MDB. A defesa da liberdade aos presos políticos ganhava repercussão no Brasil e atravessava suas fronteiras por meio de exilados e grupos de solidariedade internacional (ROLLEMBERG, 2006). O caráter ideologicamente amplo assegurou que a extrema-esquerda portuguesa concedesse atenção à causa da luta pela anistia, no Brasil, apesar da identificação de vários dos integrantes do comitê com o PS.

No evento de instalação do comitê, Piteira Santos afirmou que caberia aos democratas portugueses resistir às pressões da embaixada brasileira junto ao governo de seu país. Os "antifascistas portugueses" acompanhavam o "destino

do povo brasileiro com a mesma intensidade e paixão com que viviam a sua própria luta contra o fascismo" (ACTO..., 1976, p. 4). Ele afirmou, ainda, que se tratava da continuação da "luta anti-imperialista e antifascista no Brasil, como em Angola, Moçambique e na Guiné-Bissau" (ACTO..., 1976, p. 4). A aproximação da ditadura brasileira com o regime racista da África do Sul foi denunciada por outro dos oradores, Luís Moita, um ativista identificado com os católicos progressistas, que destacou a estratégia expansionista do regime autoritário, "visando ao domínio do África Austral" e à sua subordinação aos Estados Unidos (ACTO..., 1976, p. 4).

Tais contornos dotavam de conotação internacional a luta pela anistia e pela redemocratização no Brasil, ao inscrevê-la em amplos processos geopolíticos e estratégicos, com recortes ideológicos que poderiam influenciar as opções políticas em Portugal e suas conexões com o processo de descolonização na África. O jornal *Página Um* ainda noticiou a criação de um comitê em favor da anistia no Brasil, em Coimbra, formado por integrantes da universidade e por ativistas de partidos de esquerda, que defendia a "supressão de todos os organismos policiais", além da "punição de todos os responsáveis por torturas, assassinios e crimes", com o respeito à "Declaração Universal dos Direitos do Homem e à Carta da Organização Internacional do Trabalho" (CRIADO..., 1976, p. 4).

Durante algum tempo, alguns setores políticos que disputavam os rumos da nova ordem em Portugal pareciam indicar uma aproximação com países do então chamado Terceiro Mundo, o que, temporariamente, localizou aquele país no âmbito de lutas anticoloniais. Por outro lado, como a situação política portuguesa caminhava a passos largos para uma solução europeísta, os brasileiros que abriam frentes de conversação mais influentes com as lideranças de Portugal eram os que se situavam na órbita da social-democracia. Eram esses que conseguiam estabelecer diálogos com as cúpulas e os dirigentes de partidos políticos europeus com grande densidade eleitoral naquele momento.



Em 1976, ocorreu, em Caracas, uma reunião da Internacional Socialista com diferentes partidos e forças políticas da América Latina. A entidade social-democrata europeia buscava, sob a liderança de Willy Brandt e Mario Soares, construir laços com partidos latino-americanos (PEDROSA, 2013). O brasileiro Fernando Gasparian, empresário e editor do renomado semanário *Opinião*, passou a travar contatos e buscou uma aproximação com Mário Soares, o que teria como objetivo a formação de uma organização partidária identificada com a Internacional Socialista no Brasil. O primeiro-ministro português punha em prática a "solidariedade interoceânica" que anunciou em Caracas, referindo-se aos democratas que combatiam as ditaduras latino-americanas. Em um cenário de disputas internacionais, tal aproximação da social-democracia europeia com a América Latina não deixaria de chamar a atenção dos diferentes setores oposicionistas brasileiros e dos portugueses que deles estavam próximos.

### 3 Esquerdas entre a revolução e a transição

O cenário social e político brasileiro de então ganha contornos mais complexos quando situado em uma perspectiva internacional, na qual as fronteiras do país deixam de ser recortes indispensáveis para a compreensão dos processos em curso. Cabe considerar o quanto as opções disponíveis para os oposicionistas de esquerda, em um contexto de combate à ditadura militar, foram atravessadas por ideias e projetos políticos que circularam em um espaço atlântico. Por meio da imprensa portuguesa, no período, é possível considerar a dimensão e a importância desse processo. Brasileiros e brasileiras passaram a desenvolver iniciativas políticas que extrapolavam as fronteiras nacionais e desafiavam os controles impostos pelo regime autoritário. A presença de brasileiros no exterior se transformou em circulação de ideias e informações, com intercâmbios frequentes com frentes políticas de outros países, em um tramado complexo de conexões internacionais.

Ativistas políticos do Brasil que foram para

Portugal após o 25 de abril puderam ampliar iniciativas de contatos e denúncias internacionais sobre a situação de seu país. Nesse caso, o acesso à imprensa portuguesa, seja por contatos, interesses e idioma em comum, possibilitou a jornalistas e ativistas dar visibilidade ao Brasil e às denúncias contra a ditadura (CRUZ, 2016). Embora os brasileiros exilados em Portugal não tivessem encontrado um ambiente plenamente receptivo por parte de um governo que buscava não acentuar arestas com a ditadura brasileira e que estava profundamente envolvido com a geopolítica africana (FREIRE, 2010), o Brasil, como mencionado anteriormente, foi alvo frequente de debates que diziam respeito aos processos de democratização que ocorriam em âmbito internacional, o que é perceptível nas fontes pesquisadas a partir de 1976.

Diferentes organizações de esquerda, oriundas do Brasil, tinham espaço para discutir a situação de seu país em Portugal. A ampla diversidade de posições das esquerdas portuguesas permitia acolher as configurações também variadas dos ativistas brasileiros, possibilitando que pudessem discutir formas e perspectivas do incerto processo de transição política. Havia os que percebiam, na revolução portuguesa, uma experiência possível de alargamento da atuação de movimentos de base popular. Eram os que, de certo modo, ainda nutriam expectativas em torno de alguma forma de insurreição popular para a derrubada do regime autoritário, travando diálogos com as organizações mais radicais da esquerda portuguesa. A "esquerda revolucionária" portuguesa atuou com destaque entre comissões de moradores e trabalhadores, com amplas e espontâneas lutas sociais que abriam perspectivas para modelos de ativismo, os quais poderiam ser reconhecidos, também, no Brasil (VARELA; PAÇO; ALCÂNTARA, 2014). Um observador do processo, correspondente do *Jornal do Brasil*, destacou que tais redes de ativistas recebiam "em Portugal os exilados políticos e os membros do extremismo esquerdista de outros países": italianos, ingleses, argentinos, chilenos e bolivianos (GÓES, 2007, p. 77). Porém, havia, ainda,

os brasileiros do Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8) e do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR): "eles chegam e entram na luta. Portugal é um grande laboratório" (GÓES, 2007, p. 77).

A possibilidade da transformação social pela via insurrecional também havia sofrido seguidos abalos, em Portugal, desde o final de 1975, mas, como resposta à sua marginalização (REZOLA, 2007), as esquerdas revolucionárias procuraram ampliar sua influência na imprensa, por meio de novos títulos que se somaram aos então existentes. Nesse caso, o mencionado diário *Página Um* teve relevância ao assegurar espaço para a divulgação de ideias de ativistas próximos ao Partido Revolucionário do Proletariado (PRP). O veículo de imprensa se empenhou em divulgar campanhas de solidariedade voltadas a diferentes temáticas e países. Havia a nítida intenção em evidenciar a manutenção de um internacionalismo das lutas políticas de esquerda em Portugal. Diversas manifestações públicas prestavam solidariedade aos que denunciavam a situação de diferentes países da América Latina submetidos a ditaduras militares. Nesse contexto, houve a organização de eventos como as "8 horas pela América Latina", na Universidade de Lisboa, quando diferentes atos culturais foram seguidos de palestras de "companheiros da Argentina, Chile, Peru e Brasil" (SOLIDARIEDADE..., 1976, p. 16).

O jornal era bastante prolífico, no que diz respeito ao noticiário sobre o Brasil, principalmente destacando a agenda dos direitos humanos, com enfoque especial acerca de populações indígenas e camponeses pobres. O público português foi informado sobre a situação dos chamados "boias-frias" e suas condições de vida precárias (A SUPEREXPLORAÇÃO..., 1976). Os trabalhadores assalariados brasileiros foram apresentados tanto por suas condições de vida quanto pela repressão sofrida em suas organizações e sindicatos, descrevendo um quadro econômico marcado pela concentração de renda e pela submissão a "grupos estrangeiros" (A DESNACIONALIZAÇÃO..., 1976).

Inserir as ditaduras militares da América Latina

da segunda metade da década de 1970 em um quadro internacional de luta significava mobilizar diferentes discursos e entidades, como foi o caso das denúncias da Igreja Católica sobre a tortura e o suposto papel dos Estados Unidos na manutenção do regime (PADRES..., 1976). Entidades como a Associação Antifascista de Ex-Presos Políticos divulgavam informações sobre a repressão no Brasil, como o assassinato e a prisão de líderes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) no chamado "massacre da Lapa" (TRÊS..., 1976).

O PCdoB havia se constituído como uma cisão formada a partir da década de 1960 no seio do movimento comunista brasileiro. O partido passou a se apresentar, desde sua fundação, como o fiel herdeiro da tradição comunista revolucionária no Brasil, em contraposto ao PCB, tomado como uma organização reformista e que abandonara os princípios socialistas desde o final da década de 1950. A organização fora protagonista da tentativa de implantar um foco guerrilheiro na região do rio Araguaia, no Norte do país, entre 1967 e 1974. Depois disso, sob intensa repressão, materializada no referido massacre da Lapa, em 1976, viveu um período de debates internos sobre a experiência revolucionária e as perspectivas da transição política no Brasil, alinhando-se às forças majoritárias da oposição, fossem elas liberais ou progressistas (SALES, 2007).

Embora com uma presença pequena em Portugal, o partido encontrava pontos de contato na esquerda revolucionária lusitana. Uma publicação que assegurou elementos para o debate acerca das alternativas da esquerda brasileira, naquele contexto, foi *Voz do Povo*, que circulava desde 1974, mas que, com o passar dos anos, ganhou mais densidade informativa. Era um semanário que veiculava os posicionamentos da União Democrática Popular (UDP) – organização que, em 1976, conseguiu eleger um deputado para o parlamento português, Acácio Barreiros. Por intermédio do parlamentar, informações e denúncias acerca das violações a direitos humanos e críticas à ditadura brasileira foram divulgadas nos círculos políticos portugueses, especialmente quando referidas às manifestações de integrantes do

PCdoB, com quem a UDP mantinha proximidade, dadas a posição maoísta e a aproximação com o regime político da Albânia então defendidas por ambos (BARBOSA, 2021).

Portugal foi um dos alvos mais importantes naqueles anos do CIEX, mecanismo do aparato repressivo da ditadura brasileira que atuava no Ministério das Relações Exteriores (PENNA FILHO, 2009), buscando vigiar e coletar informações sobre opositores em outros países (SAMWAYS, 2020). No país ibérico, os agentes do órgão ditatorial identificavam o que chamavam de uma "Frente de Imprensa" que seria formada por brasileiros e portugueses para amplificar as denúncias contra a ditadura. A ditadura vigiava o que considerava ser uma "revoada" da esquerda brasileira em direção a Portugal, configurando uma suposta "conspiração de esquerda" naquele país contra o governo autoritário brasileiro (CIEX, 1976a).

Um informe do CIEX, de meados de 1977, referia-se a matérias publicadas em março no jornal *Voz do Povo*, as quais seriam perigosas, pois "denigrem (sic) a imagem brasileira em Portugal" (CIEX, 1977). A defesa das vítimas do massacre da Lapa havia sido um dos temas que mais chamou a atenção dos agentes do regime. Entre os que foram assassinados na ocasião, no final de 1976, em São Paulo, estava Pedro Pomar, que recebeu grande destaque da publicação. A Comissão de Justiça e Paz, vinculada à Igreja Católica, obteve meios, em âmbito internacional, para denunciar a situação dos presos políticos brasileiros. Houve, assim, segundo a matéria de *Voz do Povo*, uma grande mobilização em Paris e em Lisboa em favor dos integrantes do PCdoB (JUÍZ..., 1977). Uma "exposição de solidariedade e apoio aos antifascistas presos no Brasil" foi organizada na capital portuguesa, anunciada como uma "exposição-manifesto em favor da liberdade no Brasil" (TÃO..., 1977, p. 5).

As organizações que se consideravam parte da chamada "esquerda revolucionária brasileira" encontravam, portanto, em Portugal, um ponto de apoio e de crítica ao processo de transição moderada e gradual tacitamente aceito pelas forças oposicionistas majoritárias brasileiras, situadas

em torno do MDB. Nesse quadro, um momento de muita desconfiança, em relação ao papel que os social-democratas europeus pretendiam ocupar em seus diálogos com a oposição brasileira, ocorreu quando da aproximação diplomática promovida pelo primeiro-ministro Mário Soares com a ditadura brasileira. A visita do chefe do governo português ao Brasil, em dezembro de 1976, seria a prova de que o social-democrata português abandonara os ideais da revolução dos Cravos. Na interpretação desse setor da esquerda portuguesa, Soares teria deixado de se comprometer com a anistia aos presos políticos no Brasil, bem como se apresentava no Brasil como "um campeão do anticomunismo". Seria inaceitável que "um antifascista, um socialista, um comunista" visitasse "um país onde o 'esquadrão da morte' mata e tortura" e no qual "os agentes da PIDE/DOPS se passeiam, como qualquer burguês circula entre a sala de jantar e a retrete do seu palacete" (PONTO, 1976, p. 1).

#### 4 Comunistas: nem social-democracia nem eurocomunismo

Enquanto diferentes lideranças políticas brasileiras, seja atuando na oposição consentida ou na condição de exilados, encontravam, em Portugal, um ponto de apoio para aproximações, com a perspectiva social-democrata europeia ou para manter acesos os laços internacionalistas em torno de projetos insurrecionais, os que se identificavam como comunistas e as suas organizações vinculadas à União Soviética viviam uma situação de ambiguidade. Essa temática encontra espaço destacado nas fontes investigadas. A esquerda lusitana que girava em torno do Partido Comunista Português (PCP), seja sob sua influência ou para rejeitá-lo, não apenas mantinha relações tensas com o chamado "socialismo democrático" e a social-democracia, representados pelo PS, como também resistia a seguir o caminho que, então, parecia dominante na Europa Ocidental entre forças congêneres, isto é, o eurocomunismo, "movimento defendido pelos partidos comunistas da Itália e da Espanha, com ênfase no pluripartidarismo, na ideia da democracia e

do socialismo democrático" (CARONE, 1982, p. 9).

O eurocomunismo foi tomado como uma alternativa à crise dos países europeus capitalistas, em meados da década de 1970, ao passo que a União Soviética também demonstrava ter atingido limites intransponíveis de desenvolvimento. Por outro lado, no período, o arrefecimento de tensões em torno da Guerra Fria favorecia a abertura de espaços de discussão mais amplos entre as esquerdas ocidentais. Assim, os partidos comunistas europeus questionavam o sistema soviético e as suas possibilidades como inspirador de mudanças em seus países, especialmente aqueles situados na Europa meridional. Os eurocomunistas passaram a discutir até que ponto a experiência soviética deveria servir de modelo para movimentos similares, bem como a questionar a centralidade do Estado e do partido único no processo de transição a um possível socialismo (MONDAINI, 2011). Novas estratégias para alcançar o poder foram delineadas, especialmente na Itália, na França e na Espanha. A possibilidade de ascensão política pela via eleitoral parecia mais concreta aos comunistas desses países, inspirando possíveis coalizões com a social-democracia e o abandono de formas insurrecionais de tomada do poder (DONOFRIO, 2014).

No caso específico da grande agremiação comunista brasileira, o PCB, tais discussões ampliavam um quadro de formulações, debates e disputas internas que remontavam, pelo menos, ao ano de 1958, quando a chamada "Declaração de Março" definira um caminho pacífico de transição ao socialismo e à aliança com forças democráticas pluralistas, o que seria confirmado no congresso partidário dois anos depois. A partir daí, uma série de cisões internas, as quais se agravaram após o golpe de 1964, havia fragilizado a organização e fragmentado suas perspectivas – em especial, em torno da questão democrática, afetando a liderança de Luiz Carlos Prestes e o seu alinhamento estrito à União Soviética. Até o final da década de 1970, o partido manteve intensas discussões "alimentadas pelo dilema entre adotar uma posição mais 'reformista' ou mais 'revolucionária'" (PANDOLFI, 1995, p. 207). Eram

discussões que envolviam questões de princípio e posturas favoráveis a negociações flexíveis e pragmáticas, bem como que não constituíam novidade na trajetória dos comunistas brasileiros, mas que, em âmbito internacional, causavam desacordos intensos (MOTTA, 2013).

É notório que o cenário europeu se apresentou, desde muito cedo, como um campo de referências intelectuais para as oposições de esquerda brasileiras ao regime autoritário. As ideias e discussões em circulação internacional tinham, na Europa, uma base muito consistente. O exílio de muitos ativistas e dirigentes partidários no continente acentuou tal influência ao longo da ditadura militar. No caso do PCB, a perseguição que se abateu sobre o partido, após 1974, levando a prisões, mortes e desaparecimentos, obrigou o deslocamento de muitos dirigentes para o exterior. O partido se dividiu em três núcleos, dadas as limitações do exílio: os dirigentes que se mantiveram no Brasil, o grupo de Luiz Carlos Prestes, sediado em Moscou, e os ativistas que passaram a viver em países da Europa Ocidental. Com o tempo, cada um desses grupos passou a adotar uma linha política diversa. Os dirigentes locais defendiam uma postura pragmática, visando à sobrevivência do partido e mirando a transição política, com firme apoio ao MDB. O grupo de Luiz Carlos Prestes via com desconfiança as táticas pragmáticas e propugnava a manutenção de uma leitura revolucionária do processo político brasileiro. Enquanto isso, um grupo de renovadores buscou leituras diversificadas do marxismo e se aproximou do eurocomunismo, sem deixar de observar os êxitos que partidos social-democratas obtinham em governos e coalizões na Europa (NAPOLITANO, 2014).

O ambiente da maior parte dos países europeus ocidentais impedia a defesa de táticas de confrontação armada com a ditadura. Especialmente após a adesão a bandeiras de luta da oposição moderada brasileira, como a anistia e a constituinte, o cenário se tornou propício para a defesa de uma transição pacífica que envolvesse a participação eleitoral dos diferentes segmentos sociais, o que levava à perda de legitimidade de

propostas radicais (MARQUES, 2017).

Em Portugal, contudo, os ativistas do PCB se deparavam com forças políticas aliadas que tinham pouco a ver com o eurocomunismo. A perspectiva de transformar o 25 de abril em um processo revolucionário ainda aparecia nos horizontes de expectativa, nutridos por diferentes forças de esquerda naquele país, e mesmo o PCP tinha em vista tal possibilidade. Pode-se, assim, por meio do caso português, discutir o quanto as alternativas disponíveis para a inserção de tais setores das esquerdas no processo de transição que então se vislumbrava não se restringiam às fronteiras nacionais e não eram consensuais.

Apesar da existência do semanário *Avante!*, órgão político e oficial do partido desde 1931, o afastamento das esquerdas do controle de diversos títulos da imprensa diária, a partir do final de 1975, resultou na iniciativa dos comunistas portugueses do PCP em se manter no âmbito do jornalismo profissional. Em 10 de janeiro de 1976, saiu a público o primeiro número de *O Diário*. Foi um periódico vinculado ao partido e dirigido por Miguel Urbano Rodrigues, que mantinha conexões sólidas com o Brasil, onde, na condição de exilado, militou na resistência à ditadura e atuou como jornalista de *O Estado de S. Paulo* e do antissalazarista *Portugal Democrático*.

Miguel Urbano Rodrigues abriu frequentes espaços, em *O Diário*, para manifestações de solidariedade dos "democratas portugueses" ao Brasil, como retribuição aos anos em que o país abrigara exilados da ditadura salazarista. Nesse caso, ganhavam especial atenção os comunistas vinculados ao PCB (PEREIRA, 1978). Além disso, brasileiros e brasileiras tiveram oportunidade de assinar artigos de opinião no jornal. Um desses foi Rodolfo Konder, jornalista com vínculos com o PCB, que enviava textos do Canadá, além de matérias em que denunciava violações aos direitos humanos no Brasil. Mas, no presente trabalho, destaca-se presença frequente, nas páginas do jornal, de textos da socióloga Zillah Murgel Branco.

Zillah Branco conheceu Miguel Urbano Rodrigues ainda no Brasil. Em um depoimento con-

cedido por escrito, informou ter ido para o Chile depois que a ditadura militar brasileira ampliou a repressão. Posteriormente, dada a imposição da ditadura de Pinochet, transferiu-se para Portugal, em setembro de 1975, "na companhia de Miguel Urbano". No país ibérico, filiou-se ao PCP, "para ter um porto amistoso", considerando que há muito era comunista. Dava continuidade a laços que ele define desta forma: "sempre fui comunista e me habituei a contar com essa família para além da que me cercava na infância" (BRANCO, 2021, s.p.). Sua trajetória inicial em Portugal é ilustrativa de embates que cercavam os comunistas portugueses e que envolveram alguns dos brasileiros no exílio no país. Descreve que, no início do processo revolucionário, atuou em órgãos governamentais, especialmente no âmbito da reforma agrária comandada pelo PCP, além de colaborar com a central sindical comunista. Permaneceu em tais posições "até que o governo de Mário Soares interrompesse o caminho exitoso da reforma agrária" (BRANCO, 2021, s.p.). Naquele contexto, quando Miguel Urbano Rodrigues criou o jornal *O Diário*, passou a ser "jornalista ativista". Lembra-se de ter produzido "centenas de artigos para o jornal", pelos quais recebeu "referências elogiosas como foram as dos trabalhadores, de intelectuais de esquerda e de militares do Movimento das Forças Armadas" (BRANCO, 2021, s.p.). Passou a colaborar com "vários jornais menores, de iniciativas regionais e concelhias, e também com o *Avante!*" (BRANCO, 2021, s.p.). Como não se considerava, formalmente, uma jornalista, não era remunerada como tal e não registrou em detalhe para quais jornais escreveu, mas faz referência a diversos títulos (BRANCO, 2021). Seu nome ainda aparece como correspondente internacional em Lisboa para o semanário do PCB, *Voz da Unidade*.

Em suas memórias, Zillah Branco (2021) evoca as relações tensas entre comunistas e social-democratas em Portugal. Sob a liderança de Mario Soares, o PS português recusou coalizões com o PCP, tomando-o como principal adversário em diferentes momentos. Para uma parte dos opositoristas à ditadura brasileira vinculados ao PCB, mas exilados em Portugal e sob a in-

fluência do contexto do país ibérico, portanto, a aproximação com a social-democracia parecia inaceitável. A socióloga indica que Mário Soares, como "membro da social-democracia internacional", liderou o PS "com ar de esquerda, mas dentro dos princípios liberais e da social-democracia anticomunista" (BRANCO, 2021, s.p.). Teria, dessa forma, solapado o processo revolucionário, destruído a reforma agrária e dividido o movimento sindical. Como representante da social-democracia, "visitou Geisel, desenhando um processo de abertura democrática", porém "mantendo o poder ditatorial nas Forças Armadas" (BRANCO, 2021, s.p.).

Os artigos de Zillah Branco, mesmo os que tratassem de assuntos internos portugueses, eram frequentemente alvos de relatórios e de envios para análise dos agentes do CIEX. O periódico comunista foi um dos que mais despertou a atenção dos funcionários designados pela embaixada brasileira para fornecer informações ao órgão repressivo. Em diversos relatórios, há menções diretas a matérias ou a integrantes do jornal. Em Lisboa, estaria circulando um documento acerca do que seria uma "plataforma comum de todas as forças antifascistas e patrióticas" pretensamente dispostas a combater a ditadura brasileira e sua política de "traição nacional" (CIEX, 1976c, s.p.). A despeito da vigilância que sofria pelo que publicava em *O Diário*, Zillah Branco não tinha conhecimento de que era alvo dos agentes do CIEX. Tendo tomado ciência, algumas décadas depois, do que relatavam a seu respeito, informa jamais ter atuado da maneira descrita pelos agentes da repressão: "deve ter sido inventada por algum oportunista prezado pela ditadura no Brasil" (BRANCO, 2021, s.p.).

Os agentes do CIEX acreditavam que o PCB estivesse no centro de uma articulação de opositores brasileiros com atuação na imprensa em Portugal. Os comunistas seriam responsáveis pelos "ataques ao regime político vigente no Brasil", por meio de denúncias a respeito de torturas e mortes de presos políticos (CIEX, 1976b, s.p.). O jornal comunista *O Diário* era nominalmente mencionado como disseminador de uma

"campanha" para fomentar "repulsa" ao governo brasileiro, "no seio da opinião pública portuguesa e europeia", algo que seria parte de "iniciativas orquestradas" com outros órgãos de imprensa de Portugal (CIEX, 1976b, s.p.). Os comunistas estariam, assim, promovendo uma "campanha antibrasileira", dado que os opositores exilados no país contariam com "a colaboração dos órgãos de comunicação social controlados ou infiltrados por seus correligionários portugueses" (CIEX, 1976b, s.p.). Os artigos com denúncias seriam produzidos "pela célula local do PCB" (CIEX, 1976b, s.p.).

Assim, é importante acentuar o quanto *O Diário* permitiu a divulgação de informações e debates em torno das conexões internacionais de um setor importante da oposição brasileira. Pode-se atribuir essa característica à circulação internacional de ativistas comunistas que apareciam em suas páginas, além das mencionadas relações de seu diretor com o PCB. Uma das características relevantes de boa parte dos textos sobre o Brasil é que esses são assinados sem o uso de pseudônimos. Zillah Branco (2021, s.p.) explica essa opção da seguinte forma: "sempre agi como pessoa livre, sem ocultar o meu nome, sem temer represálias e denúncias".

Tão logo lançado a público, *O Diário* abriu suas páginas para posicionamentos críticos ao tipo de relações estabelecido entre os social-democratas do PS, as oposições e o regime autoritário brasileiro. A manutenção de relações diplomáticas sólidas entre Portugal e Brasil, naquele momento, despertava desconfiças quanto às intenções e à determinação do governo português em questionar o "regime fascista" sob o qual "a nação brasileira vive esmagada" (REGISTRO..., 1976, p. 1). Os comunistas portugueses eram muito críticos ao processo de negociações políticas que envolvia aquele início de uma incerta transição no Brasil. O regime autoritário brasileiro seria nada mais do que uma "colônia dos Estados Unidos", transformando o Brasil no "país da mais cruel polícia política da América" (REGISTRO..., 1976, p. 1).

Os embates ocorridos, no exílio e em âmbito internacional, entre comunistas e social-democratas orientaram a linha editorial de *O Diário*,

no que diz respeito ao processo político brasileiro. Além disso, a posição eurocomunista e a aproximação com os comunistas ocidentais que conseguiam êxitos eleitorais na Itália e na França geravam discordâncias significativas. A possibilidade de convivência dos comunistas com alianças políticas plurais significaria o abandono definitivo da perspectiva de tomada insurrecional do poder, embora o PCB adotasse tal linha há tempos em suas manifestações públicas.

Contudo, de modo ambíguo, um ponto a ser destacado na cobertura do jornal comunista lisboeta a respeito do Brasil é o tratamento concedido ao MDB, a frente opositora moderada que atuava conforme as regras do regime. Em função das opções estratégicas do PCB, em suas relações com o MDB, no qual estavam abrigados setores importantes do partido, *O Diário* concedia uma cobertura positiva, alimentando esperanças no processo de distensão política do regime e na participação da oposição legalizada. Manifestações oficiais de líderes do MDB e demonstrações de satisfação com os resultados eleitorais obtidos na segunda metade da década de 1970 eram frequentes. Ao discorrer sobre o que seria a "essência fascista do regime", um articulista saudou que, apesar das dificuldades impostas, "o povo, nas eleições de 1974, demonstrou que pretende formar uma maioria de deputados e senadores do MDB", o que abria perspectivas de mudanças, apresentando à ditadura "a questão de sua continuidade diante de um resultado eleitoral adverso" (VIANA, 1976, p. 14). Assim, ao contrário dos que ainda priorizavam uma ruptura socialista no Brasil e a recusa da "luta por direitos e liberdades democráticos burgueses", a ordem do dia seria "escolher entre o fascismo e a ditadura burguesa" (VIANA, 1976, p. 14). Dessa forma, a luta contra ditadura brasileira seria, basicamente, pelas liberdades democráticas, ao lado do MDB (VIANA, 1976).

Por outro lado, em diferentes momentos, os comunistas portugueses se mostravam reticentes em relação a tais opções. Miguel Urbano Rodrigues fez uso de *O Diário* para criticar, particularmente, os contatos entre brasileiros e a referida

Internacional Socialista. O PCP organizou, em maio de 1976, a "Jornada de Solidariedade com a Luta dos Povos da América Latina", em Lisboa, evento que contou com líderes latino-americanos críticos às propostas dos social-democratas europeus. Luiz Carlos Prestes se juntou a Rodney Arismendi e Samuel Riquelme, dirigentes comunistas do Uruguai e do Chile. Dada a dificuldade de conciliar uma posição que fosse, ao mesmo tempo, crítica à social-democracia e ao processo de transição em curso no Brasil, os comunistas brasileiros e portugueses se limitaram a emitir uma nota conjunta que apontava a necessidade da reconstitucionalização do país em bases democráticas. O editorial de *O Diário* procurou acentuar que, diferentemente do encontro comunista em Lisboa, a Internacional Socialista mantinha contatos com "partidos de larga tradição reacionária", na América Latina, os quais cultivavam a social-democracia, para cumprir "docilmente as vontades do imperialismo" (DO RIBATEJO..., 1976, p. 3).

Em outro momento, o jornal comunista acentuou sua crítica aos que nutriam "fascínio pela social-democracia" no Brasil. Uma suposta "terceira via" estaria sendo montada, como "uma corrente conciliadora com o imperialismo" (OS PERIGOS..., 1976, p. 14). De sua parte, Luiz Carlos Prestes fazia questão de afastar qualquer possibilidade de aliança com os social-democratas ou de dialogar com os eurocomunistas, propugnando como única alternativa para o Brasil uma revolução nacional e democrática. A ditadura brasileira seria o "gendarme do continente" e uma ameaça a toda a América Latina, dada sua submissão à "dominação imperialista" (A DITADURA..., 1976). Sabe-se que a aproximação entre opositores brasileiros e social-democratas europeus teria um momento de grande repercussão, justamente em Portugal, quando das articulações do líder trabalhista Leonel Brizola, ex-governador do Rio Grande do Sul, com Mario Soares, Willy Brandt e a Internacional Socialista, a partir de 1978 (CARVALHO, 1978).

Percebe-se, nas páginas de *O Diário*, considerando os diferentes textos publicados, as ambi-

guidades de posições dos comunistas acerca do processo de transição, procurando marcar distância dos social-democratas europeus, mas sem acentuar posições radicais acerca da transição brasileira. Por vezes, um Prestes revolucionário contraditava o processo de aproximação do PCB, com a perspectiva de um frentismo que conduziria o país para a "normalidade democrática". O exílio europeu influenciou os debates no PCB e sua leitura sobre o contexto brasileiro. Discutia-se a formação de uma ampla articulação, em torno das "liberdades democráticas", que conduziria à derrota da ditadura. Prestes, contudo, era a favor de restringir tais alianças aos setores de esquerda e "revolucionários" (NAPOLITANO, 2014).

Os comunistas portugueses, liderados por Álvaro Cunhal, rejeitavam não apenas o avanço dos social-democratas, como tinham especial veemência em sua contrariedade ao eurocomunismo. Enquanto os partidos social-democratas constituíam uma força eleitoral que disputava legitimidade social com os comunistas, o eurocomunismo era tomado como divisionista e perigoso, em função de questionar princípios básicos da luta comunista. Segundo o semanário *Expresso*, defensor de posições liberais e de centro-direita, Cunhal se mantinha "fielmente alinhado com Moscovo", enquanto dizia, publicamente e sem dúvidas, que recusava os "vários eurocomunismos" (ÁLVARO..., 1978, p. 5). O dirigente português repetira, em diversas ocasiões, que, a partir da "análise das realidades nacionais", entendia que o eurocomunismo não teria "aplicação prática em Portugal" (A. CUNHAL..., 1977, p. 2). Em outro momento, foi taxativo: "não existem intelectuais eurocomunistas no PCP" e, caso existissem, "não seriam comunistas, mas social-democratas" (CUNHAL..., 1978, p. 16). O assunto despertava interesse em Portugal, tanto que, em 1978, Lisboa sediou um "debate sobre eurocomunismo", com a presença de "representantes de partidos políticos espanhóis" (DEBATE..., 1978, p. 1).

Reavivando relações com a União Soviética, Cunhal costumava insistir: "o PCP não contrapõe seu projeto político ao socialismo real, mas à realidade do capitalismo" (A NOSSA..., 1978, p.

11). A dura posição do partido, em relação ao eurocomunismo, ganhava tons ainda mais críticos na editoria de política internacional de *O Diário*. Os eurocomunistas pretenderiam "manter certa imagem de forma a poder ascender a posições de direção nos seus países", evitando embates com o "imperialismo" (CABRAL, 1976, p. 11). Nesse caminho, eles buscariam se tornar palatáveis aos social-democratas, de modo a formar alianças eleitorais, as quais jamais seriam toleradas pelos interesses estratégicos dos Estados Unidos.

No entanto, tendo em conta as divisões no interior do PCB, os portugueses procuravam manter uma linha mais flexível quando se tratava da situação brasileira. Dado que o "frentismo" ganhava força entre os comunistas brasileiros e animava os que atuavam no comitê pró-amnistia geral do Brasil em Portugal, o jornal, por vezes, fazia concessões. Contudo, considerando as divisões entre os dirigentes pragmáticos que se articulavam no interior do MDB, os renovadores eurocomunistas e aqueles que se mantinham fiéis à liderança de Luiz Carlos Prestes, esses últimos eram os favorecidos pela linha editorial de *O Diário*. O jornal adotava uma perspectiva mais próxima a de Prestes e francamente contrária aos eurocomunistas, bem como a qualquer discussão em torno de diálogos com os social-democratas.

Em *O Diário*, os comunistas portugueses demonstravam preocupações com a "frente política" em torno do MDB. Isso ficou ainda mais nítido quando surgiram, no horizonte, perspectivas de criação de um partido político apoiado pela Internacional Socialista a ser formado no Brasil (DITADURA..., 1976). Os avanços da oposição brasileira foram saudados, contudo sem perder de vista as reticências ao que seria o predomínio social-democrata. O jornal procurou explorar a indisposição de lideranças brasileiras com tais contatos da Internacional Socialista, como no caso do então trabalhista Almino Afonso, que teria afirmado: "sou contra a qualquer filiação a organismo internacional" (EX-MINISTRO..., 1978, p. 14); ainda, ele frisou sua posição contrária a "dependências políticas e menos ainda financeiras" (EX-MINISTRO..., 1978, p. 14). As tentativas de



criação de um partido social-democrata no Brasil atravessariam os anos seguintes.

## 5 Um espaço político Atlântico

Em 1978, *O Diário* publicou um suplemento dedicado inteiramente ao Brasil, sob o título: "Brasil: amnistia ampla sem restrições". Os textos basicamente defendiam a posição oficial do PCB em defesa das liberdades democráticas em meio à campanha pela anistia ampla, geral e irrestrita. Um articulista defendeu a posição dos "democratas mais consequentes", que teriam passado a receber a "companhia de amplos setores da sociedade e da política do país" (CABRAL, 1978, p. 1). Entre os textos publicados estava o do dirigente do PCB, Hércules Corrêa dos Reis, situado entre os pragmáticos alinhados à direção do partido no Brasil. No artigo, Reis (1978, p. 5) defendeu a necessidade de um consenso e de um "programa comum" para a oposição à ditadura, centrado na perspectiva de uma "constituente, como expressão mais abrangente das lutas pelas liberdades democráticas". O artigo foi, posteriormente, um dos pontos de discussão entre Luiz Carlos Prestes e o Comitê Central do PCB. Prestes criticou o texto de Corrêa por este ter supostamente defendido que "nós, comunistas, lutávamos pela democracia burguesa" (MORAES; VIANA, 1982, p. 208). Isso significaria, a seu ver, uma perspectiva abstrata de democracia e uma postura inspirada pelos renovadores, alguns dos quais apareciam como eurocomunistas, tomados como seus adversários no interior do partido. Prestes estava, então, em aberto desacordo com a direção do PCB, o que o levaria à ruptura com o partido pouco depois. A transição política seguiu com suas limitações conhecidas.

Percebe-se que estava delineada, nas discussões da esquerda brasileira, na segunda metade da década de 1970, a busca por um programa que unificasse as diferentes tendências e posições acerca da transição política no Brasil, o que passava por questões que ultrapassavam as fronteiras nacionais. A questão democrática não poderia deixar de levar em conta temas como revolução, ruptura e diálogo e propostas como

social-democracia ou eurocomunismo. Nota-se, ainda, que determinados segmentos da imprensa portuguesa se apresentaram aos oposicionistas brasileiros à ditadura como um importante nó de conexões e discussões acerca da transição política. Isso incluiu diferentes posicionamentos entre os social-democratas, os comunistas e os que ainda defendiam perspectivas insurrecionais, despertando, inclusive, a atenção da ditadura, que passou a acompanhar tais discussões por meio de seu órgão de vigilância.

Como conclusão deste estudo que segue em andamento, pode-se apontar que, entre 1976 e 1978, pelo menos, a imprensa portuguesa virtualizou uma espécie de espaço atlântico de discussões e de circulação de ideias. Ativistas, intelectuais, jornalistas e lideranças políticas, anônimos e notórios, foram construtores de uma esfera de discussões que ultrapassou fronteiras nacionais e, ao atuar nesse espaço, contribuíram para ampliar os debates que ocorriam no Brasil. Com Zillah Branco, passando Alfredo Sirkis ou Miguel Urbano Rodrigues e Rodolfo Konder, entre outros, os jornais portugueses investigados se constituíram em um espaço de circulação internacional de discussões das oposições brasileiras ao regime autoritário no Brasil. Por meio de tais conexões, é possível debater e experimentar cenários e temas políticos, de modo dinâmico e inspirador. Pode-se sugerir as potencialidades do aprofundamento de investigações que visem identificar a dimensão internacional da transição política no Brasil, em especial no âmbito da imprensa de países em que ideias e informações a respeito do contexto brasileiro tiveram relevância. Os embates, vistos a partir do nó de articulações internacionais constituído em Portugal, viriam a reforçar as posições daqueles que defendiam a moderação e a busca pela institucionalização do processo político no Brasil. Isso influenciou tomadas de posição das diversas forças políticas, as quais projetaram uma incerta transição, ainda em meio a um regime autoritário.

## Referências

A DESNACIONALIZAÇÃO da economia. *Página Um*, Lisboa, ano 1, n. 25, p. 11, 7 jul. 1976.

A DITADURA brasileira é uma ameaça à paz e à segurança dos povos da América Latina. *O Diário*, Lisboa, ano 1, n. 108, p. 8-10, 18 maio 1976.

A NOSSA voz nunca se juntará ao coro do imperialismo e da reação. *O Diário*, Lisboa, ano 3, n. 704, p. 11, 8 maio 1978.

A SUPEREXPLORAÇÃO dos camponeses. *Página Um*, Lisboa, ano 1, n. 30, p. 11, 13 jul. 1976.

A CUNHAL: eurocomunismo não tem aplicação prática em Portugal. *Expresso*, Lisboa, n. 233, p. 2, 15 abr. 1977.

ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Uma instituição ausente nos estudos de transição: a mídia brasileira. In: ABREU, Alzira Alvez de (org.). *A democratização no Brasil: atores e contextos*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 67-93.

ACTO contra a tortura no Brasil. *Página Um*, Lisboa, ano 1, n. 1, p. 4, 5 jun. 1976.

ALMEIDA, Maria Hermínia T. de; WEISS, Luiz. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Cia das Letras, 1998. p. 319-410. v. 4.

ÁLVARO Cunhal fez 65 anos e o Pravda saúda-o. *Expresso*, Lisboa, n. 318, p. 5, 30 nov. 1978. Suplemento Revista.

BARBOSA, Diogo André da Silva. *A extrema esquerda portuguesa e a descolonização: debates e perspectivas políticas na imprensa partidária da UDP, PCTP/MRPP e MDP/CDE (1974-1977)*. 2021. 122 f. Dissertação (Mestrado em História Contemporânea) – Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2021. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/93726>. Acesso em: 3 dez. 2022.

BRANCO, Zillah Murgel. [Mensagem pessoal eletrônica]. Perguntas para o projeto de pesquisa. Mensagem recebida por: [reilohn@gmail.com](mailto:reilohn@gmail.com). [S. l.]: 23 ago. 2021. 1 e-mail.

CABRAL, Álvaro Villaverde. O futuro é da liberdade. *O Diário*, Lisboa, ano 3, n. 653, p. 1, 7 mar. 1978. Suplemento Internacional.

CABRAL, Álvaro Villaverde. Uma conferência muito comentada. *O Diário*, Lisboa, ano 1, n. 23, p. 11, 5 fev. 1976.

CÁDIMA, Francisco Rui. *Medía e democracia em Portugal. Verso e reverso*, São Leopoldo, v. 24, n. 55, p. 11-17, 2010. Disponível em: <https://revistas.unisinus.br/index.php/versoereverso/article/view/125>. Acesso em: 15 ago. 2021.

CARONE, Edgard. *O PCB (1964-1982)*. São Paulo: Difel, 1982. v. 3.

CARVALHO, Augusto de. Será o medo do Partido Trabalhista que faz correr Geisel contra Brizola. *Expresso*, Lisboa, n. 308, p. 8, 23 set. 1978.

CIEX. Brasil. Situação política. Contatos em Portugal. Informe n. 361/1976, f. 1-2. *Arquivo Nacional*, Brasília, 14 out. 1976a. (BR DFANBSB IE – Fundo Centro de Informações do Exterior).

CIEX. Portugal. Frente de imprensa. Campanha contra o regime brasileiro. Informe n. 120/1976, f. 1-2. *Arquivo Nacional*, Brasília, 12 abr. 1976b. (BR DFANBSB IE – Fundo Centro de Informações do Exterior).

CIEX. Portugal. Frente de imprensa. Documento do 'PCB'. 'PCP'. José Guimarães Neiva Moreira. Informe n. 089/1976, f. 1. *Arquivo Nacional*, Brasília, 2 abr. 1976c. (BR DFANBSB IE – Fundo Centro de Informações do Exterior).

CIEX. Portugal. 'A Classe Operária'. 'Voz do Povo'. Informe No. 268/1977, f. 1. *Arquivo Nacional*, Brasília, 6 jul. 1977 (BR DFANBSB IE – Fundo Centro de Informações do Exterior).

CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 25, p. 83-106, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782005000200008>. Acesso em: 17 maio 2023.

COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia como valor universal. *Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 9, p. 33-47, mar. 1979. Disponível em: [www.danielherz.com.br/system/files/acervo/ADELMO/Artigos/A%20Democracia%20como%20Valor%20Universal.pdf](http://www.danielherz.com.br/system/files/acervo/ADELMO/Artigos/A%20Democracia%20como%20Valor%20Universal.pdf). Acesso em: 13 nov. 2023.

CRIADO comitê para amnistia geral no Brasil. *Página Um*, Lisboa, ano 1, n. 31, p. 4, 15 jul. 1976.

CRUZ, Fábio Lucas da. *Brasileiros no exílio: Argel como local estratégico para a militância política (1965-1979)*. 2016. 263 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: [www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-04102016-125816/pt-br.php](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-04102016-125816/pt-br.php). Acesso em: 14 nov. 2020.

CUNHAL diz ao 'Le Matin' que não há intelectuais eurocomunistas no PCP. *Expresso*, Lisboa, n. 286, p. 16, 22 abr. 1978.

DEBATE sobre eurocomunismo em Lisboa. *Expresso*, Lisboa, n. 289, p. 1, 13 maio 1978.

DITADURA pretende dividir a oposição. *O Diário*, Lisboa, ano 1, n. 270, p. 16, 27 nov. 1976.

DO RIBATEJO a Caracas. *O Diário*, Lisboa, ano 1, n. 108, p. 3, 18 maio 1976.

DONOFRIO, Andrea. El eurocomunismo, ¿producto de la crisis económica y política de los setenta? *Revista de Estudios Políticos*, Madrid, n. 163, p. 13-39, jan./mar. 2014. Disponível em: [www.cepc.gob.es/publicaciones/revistas/revista-de-estudios-politicos/numero-163-eneromarzo-2014/el-eurocomunismo-producto-de-la-crisis-economica-y-politica-de-los-setenta-1](http://www.cepc.gob.es/publicaciones/revistas/revista-de-estudios-politicos/numero-163-eneromarzo-2014/el-eurocomunismo-producto-de-la-crisis-economica-y-politica-de-los-setenta-1). Acesso em: 1º dez. 2022.

EX-MINISTRO Almino Afonso recusa contactos com missão da Internacional Socialista. *O Diário*, Lisboa, ano 3, n. 660, p. 14, 15 mar. 1978.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. O Tribunal Russell II e a voz da resistência à ditadura militar no Brasil. *Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos*, Bauru, v. 4, n. 2, p. 93-110, 2016. Disponível em: [www3.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/view/391](http://www3.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/view/391). Acesso em: 25 maio 2021.

FREIRE, Américo. Ecos da estação Lisboa: o exílio das esquerdas brasileiras em Portugal. *Sociologia, Problemas e Práticas*, Lisboa, n. 64, p. 37-57, 2010. Disponível em: <https://journals.openedition.org/spp/241#text>. Acesso em: 18 maio 2020.

GÓES, Walder de. *Revolução em Portugal*. Brasília: UnB, 2007.

GOMES, Pedro Marques. A Revolução de Abril e a liberdade de imprensa em Portugal: a contestação ao "Projeto Jesuíno" em 1975. *Revista Brasileira de História da Mídia*, v. 4, n. 1, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.26664/issn.2238-5126.4120154042>. Acesso em: 17 maio 2023.

JUIZ francês denuncia torturas. *Voz do Povo*, Lisboa, ano 3, n. 137, p. 5, 3 mar. 1977.

KONRAD, Diorge Alceno. Resistência e distensão: a ditadura civil-militar no Brasil (1974-1979). In: DOCKHORN, Gilvan Veiga; NUNES, João Paulo Avelãs; KONRAD, Diorge (org.). *Brasil e Portugal: ditaduras e transições para a democracia*. Santa Maria: UFSM; Coimbra: Universidade de Coimbra, 2020. p. 169-178.

LAMOUNIER, Bolivar. A retórica dos profissionais. *Isto É*, São Paulo, n. 7, p. 48-51, nov. 1976.

LIMA, Helena Laura Dias de. O PREC e a luta pelo controlo da informação: incidências do processo revolucionário de 1974/1975 sobre os diários do Porto. *Revista Ibero-americana de Ciências da Comunicação*, Porto, v. 2, p. 23-48, 2014. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/71173>. Acesso em: 16 ago. 2021.

LOFF, Manuel. Fim do colonialismo, ruptura política e transformação em Portugal nos anos setenta. In: LOFF, Manuel; PEREIRA, Maria da Conceição Meireles. *Portugal: 30 anos de democracia (1974-2004)*. Porto: UP, 2006. p. 153-193.

MARQUES, Teresa Cristina Schneider. O exílio e as transformações de repertórios de ação coletiva: a esquerda brasileira no Chile e na França (1968-1978). *Dados*, Rio de Janeiro, v. 60, n. 1, p. 239-279, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/001152582017120>. Acesso em: 29 out. 2022.

MARTINHO, Francisco Palomanes. Marcello Caetano no (Jornal do) Brasil: repercussões da direita portuguesa na ditadura militar (1968-1974). *Varia História*, Belo Horizonte, v. 35, n. 68, p. 631-660, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-87752019000200010>. Acesso em: 10 mar. 2022.

MILITARES acabam salazarismo e prometem eleições. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 84, n. 18, p. A1, 26 abr. 1974.

MONDAINI, Marco. *Do stalinismo à democracia*: Palmiro Togliatti e a construção da via italiana ao socialismo. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira; Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

MORAES, Dênis de; VIANA, Francisco. *Prestes: lutas e autocríticas*. Petrópolis: Vozes, 1982.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A cultura política comunista: alguns apontamentos. In: NAPOLITANO, Marcos; CA-JKA, Rodrigo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá Motta (org.). *Comunistas: cultura política e produção cultural*. Belo Horizonte: UFMG, 2013. p. 15-37.

NAPOLITANO, Marcos. No exílio, contra o isolamento: intelectuais comunistas, frentismo e questão democrática nos anos 1970. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 28, n. 80, p. 41-58, 2014. Disponível em: [www.revistas.usp.br/eav/article/view/79682](http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/79682). Acesso em: 30 nov. 2022.

OS PERIGOS do fascínio da social-democracia. *O Diário*, Lisboa, ano 1, n. 277, p. 14, 7 dez. 1976.

PADRES contra o governo fascista. *Página Um*, Lisboa, ano 1, n. 138, p. 11, 31 dez. 1976.

PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros: história e memória do PCB*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PEDROSA, Fernando. Redes transnacionais y partidos políticos. La Internacional Socialista en América Latina (1951-1991). *Iberoamericana*, Berlim, v. 13, n. 49, p. 25-46, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.18441/ibam.13.2013.49.25-46>. Acesso em: 15 mar. 2022.

PENNA FILHO, Pio. O Itamaraty nos anos de chumbo: o Centro de Informações do Exterior (CIEEX) e a repressão no Cone Sul (1966-1979). *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 52, n. 2, p. 43-62, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-73292009000200003>. Acesso em: 13 out. 2022.

PEREIRA, Alexandre. Prestemos solidariedade ao povo brasileiro. *O Diário*, Lisboa, ano 3, n. 670, p. 7, 28 mar. 1978.

PEZZONIA, Rodrigo. *Exílio em português: política e vivências dos brasileiros em Portugal (1974-1982)*. 2017. 300 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017. Disponível em: [www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-12052017-103832/pt-br.php](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-12052017-103832/pt-br.php). Acesso em: 7 dez. 2022.

PINTO, António Costa; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (org.). *História contemporânea de Portugal (1808-2010): a busca da democracia*. Lisboa: Fundação Mapfre; Penguin Random House, 2019. v. 5.

PONTO. *Página Um*, Lisboa, ano 1, n. 133, p. 1, 22 dez. 1976. Coluna.

REGISTRO: que Brasil é esse? *O Diário*, Lisboa, ano 1, n. 10, p. 1, 21 jan. 1976.

REGO, Victor da Cunha. Em Lisboa, 'sopra vento democrático'. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, ano 54, n. 16.383, p. A1, 27 abr. 1974.

REIS, António. O Partido Socialista na revolução: da via portuguesa para o socialismo em liberdade à defesa da democracia pluralista. In: CANAS, Vitalino (org.). *O Partido Socialista e a democracia*. Oeiras: Celta, 2005. p. 51-93.

REIS, Hércules Corrêa dos. Militares e regime em tempo de mudança. *O Diário*, Lisboa, ano 3, n. 653, p. 4-5, 7 mar. 1978. Suplemento Internacional.

REZOLA, Maria Inácia. *25 de Abril: mitos de uma revolução*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2007.

ROLLEMBERG, Denise. Cultura política brasileira: redefinição no exílio (1964-1979). *Hispanic Research Journal*, Londres, v. 7, n. 2, p. 163-172, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1179/174582006X104138>. Acesso em: 15 nov. 2022.

SALES, Jean Rodrigues. Entre o fechamento e a abertura: a trajetória do PC do B da guerrilha do Araguaia à Nova República (1974-1985). *História (São Paulo)*, Franca, v. 26, n. 2, p. 340-365, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-90742007000200017>. Acesso em: 1º fev. 2023.

SAMWAYS, Daniel Trevisan. Repressão além das fronteiras: O CIEx e a espionagem brasileira em Portugal (1974-1979). *Diálogos*, Maringá, v. 24, n. 2, p. 342-357, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/dialogos.v24i2.46048>. Acesso em: 14 out. 2022.

SOLIDARIEDADE com América Latina. *Página Um*, Lisboa, ano 1, n. 84, p. 16, 22 out. 1976.

SUBRAHMANYAN, Sanjay. Connected Histories: Notes towards a Reconfiguration of Early Modern Eurasia. *Modern Asian Studies*, Cambridge, v. 31, n. 3, p. 735-762, 1997. Disponível em: [www.jstor.org/stable/312798](http://www.jstor.org/stable/312798). Acesso em: 11 nov. 2020.

TÃO verdade como dois e dois serem quatro, podemos afirmar que a vida vale a pena ser vivida; mas logo que o pão falta, aumenta a sede de liberdade. *Voz do Povo*, Lisboa, ano 3, n. 137, p. 5, 3 mar. 1977.

TRAVERSO, Enzo. *La Historia como campo de batalla: interpretar las violencias del siglo XX*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2012.

TRÊS antifascistas brasileiros são assassinados. *Página Um*, Lisboa, ano 1, n. 137, p. 3, 30 dez. 1976.

VARELA, Raquel; PAÇO, António Simões do; ALCÂN-TARA, Joana. A Revolução dos Cravos: revolução e democracia, um debate. *Outros Tempos*, São Luís, v. 11, n. 17, p. 212-229, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.18817/ot.v11i17.336>. Acesso em: 10 fev. 2023.

VIANA, Marcelo. Regime autoritário ou fascista? *O Diário*, Lisboa, ano 1, n. 222, p. 14, 30 set. 1976.

---

## Reinaldo Lindolfo Lohn

Professor titular da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), em Florianópolis, onde atua no Departamento e no Programa de Pós-Graduação em História, bem como no Mestrado Profissional em Ensino de História. Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com estágio pós-doutoral na Universidade Nova de Lisboa (NOVA). É bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – Nível 2.

---

## Endereço para correspondência:

REINALDO LINDOLFO LOHN.

Rua Desembargador Urbano Salles, 111/604B

Centro, 88015-430.

Florianópolis, SC, Brasil.

*Os textos deste artigo foram revisados pela Texto Certo Assessoria Linguística e submetidos para validação dos autores antes da publicação.*